



Curso: A Lei de Improbidade Administrativa – inovações e aspectos relevantes do novo sistema de responsabilização introduzido pela Lei n. 14.230/2021

1. APRESENTAÇÃO

Em outubro de 2021 foi publicada a Lei nº 14.230 que estabeleceu alterações substanciais no sistema de responsabilização por ato de improbidade administrativa, com inúmeras mudanças estruturais na Lei 8.429/92, tanto em aspectos materiais como processuais exigindo, portanto, atualização de todos aqueles que lidam cotidianamente com tal normativa.

Considerando a absoluta relevância da matéria, é de extrema relevância os estudos e discussões sobre o tema, sobretudo, diante da superação de entendimentos anteriores e a instauração de novos paradigmas na aplicação da lei de improbidade administrativa.

Nesse sentido, calha registrar que o diploma legal, de forma expressa, impõe a necessidade de capacitação a todos os agentes públicos, estabelecendo no art. 23-A, o seguinte:

Lei nº 8.429/92 alterada pela Lei nº 14.230/2021

Art. 23-A. É dever do poder público oferecer contínua capacitação aos agentes públicos e políticos que atuem com prevenção ou repressão de atos de improbidade administrativa. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

Acrescente-se, ainda, as determinações do Conselho Nacional de Justiça insertas na Resolução CNJ nº 410/2021 que dispõe sobre normas gerais e diretrizes para a instituição de sistemas de integridade no âmbito do Poder Judiciário, a saber:

Resolução CNJ nº 410/2021

(...)

Art. 2º Os órgãos do Poder Judiciário poderão contar com sistemas de integridade, cujos principais objetivos serão a disseminação e a implementação de uma cultura de integridade e a promoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção e à punição de fraudes e demais irregularidades, bem como à correção das falhas sistêmicas identificadas.





Parágrafo único. Os sistemas de integridade serão estruturados nos seguintes eixos:

(...)

IV – monitoramento permanente, aprimoramento contínuo e capacitação.

Sendo assim, o presente curso tem por escopo principal apresentar aos agentes públicos do Judiciário baiano o panorama atual da lei de improbidade, numa abordagem teórica e prática, e, principalmente, fomentando a discussão e reflexões da temática de tamanha relevância.

2. OBJETIVO

O objetivo da capacitação é examinar as alterações promovidas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 14.230/2021), tanto do ponto de vista material quanto processual, sob o enfoque dos princípios constitucionais da tutela da probidade administrativa e do Direito Administrativo sancionador.

3. METODOLOGIA

O Curso será ministrado com momentos assíncronos, além de metodologias ativas, promovendo a interação e interatividade dos cursistas, com o aporte da plataforma de educação a distância da UNICORP (*moodle*), para disponibilização das aulas, materiais de apoio, exercícios de fixação, leituras complementares e realização de fóruns.

Cada unidade do curso possui duração máxima de 6 horas, disponibilizadas no Ambiente de Ensino do TJBA – UNICORP, como conteúdo para consulta dos discentes, havendo ainda material de apoio, leituras complementares e Fórum de dúvidas sobre a temática.

4. PÚBLICO-ALVO

Servidores do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

5. CARGA HORÁRIA E CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O Curso será composto por 38 horas de aulas assíncronas, além de 8 horas correspondente a elaboração de material didático que será composto por um roteiro das aulas, contendo as normativas aplicáveis, doutrina e jurisprudência correlata, 5 questões





por cada módulo, perfazendo um total de **46 horas** de produção de conteúdo, e, ainda, **30 horas** de tutoria por meio de fórum de dúvidas, conforme discriminado abaixo:

5.1. Conteúdo programático

Unidade I – O cenário de construção da improbidade administrativa

Carga horária: 4 horas

Conteudista: Profa. Tatiany Ramalho

1. Introdução
2. O sistema anticorrupção na tutela da probidade administrativa: função e evolução
3. As convenções internacionais contra a corrupção (OCDE, OEA e ONU)
4. Direito Administrativo sancionador: conceito; aproximações e distinções em relação ao direito penal; princípios.
5. Princípios constitucionais da tutela da probidade administrativa
6. Definição de improbidade administrativa e sua autonomia constitucional

Unidade II – Aspectos gerais da lei de Improbidade

Carga horária: 4 horas

Conteudista: Profa. Tatiany Ramalho

1. Fonte constitucional e competência legislativa
2. Panorama da nova LIA – Lei 14.230/2021: avanços e retrocessos
3. Bens jurídicos tutelados
4. Natureza jurídica do ilícito de improbidade administrativa
5. A relativização do princípio da independência das instâncias na nova LIA

Unidade III – Elementos Constitutivos do ato de improbidade administrativa

Carga horária: 6 horas

Conteudista: Prof. Tatiany Ramalho

1. Sujeitos: definição de agente público (agentes políticos e outros) e demais responsáveis jurídicos (convênio, consórcio, terceiro setor e parceiros privados)





2. A figura do interessado e a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica (art. 3º da LIA)
3. Sucessores das sanções por ato de improbidade
4. Concurso de agentes
5. Elemento subjetivo
6. Requisitos para a tipificação de ato de improbidade e para a aplicação da respectiva pena

Unidade IV – Atos de improbidade administrativa

Carga horária: 6 horas

Conteudista: Prof. André Malheiros

1. Tipos punitivos: As principais modificações nos tipos dos arts. 9º, 10 e 11 da LIA
2. Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito
3. Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário
4. Dos Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública
5. Das Excludentes legais

Unidade V – Das sanções por ato de improbidade administrativa

Carga horária: 3 horas

Conteudista: Profa. Juliana de Amorim Costa

1. As sanções na nova LIA
2. Espécies de sanção
3. Dosimetria e princípio da proporcionalidade

Unidade VI – Do procedimento administrativo

Carga horária: 3 horas

Conteudista: Profa. Juliana de Amorim Costa

1. Aspectos investigativos de atos de improbidade administrativa
2. Representação administrativa





3. Apuração interna
4. Prazo de encerramento do inquérito civil

Unidade VII – Do procedimento judicial

Carga horária: 6 horas

Conteudista: Prof. André Malheiros

1. Requisitos da petição inicial
2. Competência (prerrogativa de foro), prevenção, conexão e tutelas de urgência. Medidas cautelares reais e pessoais. Da Indisponibilidade de bens
3. Defesa prévia, juízo de admissibilidade e instrução probatória (custeio da perícia judicial)
4. Principais aspectos do novo rito processual
5. Afastamento judicial do cargo
6. Possibilidade de unificação de penas
7. Desmembramento do processo, a sentença e sua efetividade (indenização e reversão de bens).

Unidade VIII – Da prescrição

Carga horária: 2 horas

Conteudista: Profa. Juliana de Amorim Costa

1. Dos prazos prescricionais
2. Das causas suspensivas e interruptivas
3. Pontos relevantes
4. A prescrição na nova LIA: principais alterações e debate sobre a retroatividade

Unidade IX – Aspectos práticos relevantes

Carga horária: 4 horas

Conteudista: Profa. Tatiany Ramalho

1. Do Acordo de não persecução civil
2. Reflexos práticos nas investigações e ações em curso, bem como nas condenações já proferidas





3. Reflexos da nova LIA no plano político-eleitoral
4. Lei de improbidade administrativa e a Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013)

5.2. MATERIAL DIDÁTICO

O material de apoio conterá roteiro da aula, slides da apresentação, legislação pertinente e coletânea de decisões judiciais sobre as temáticas, além de exercícios de fixação com o intuito de aprimorar o conhecimento, contendo, para cada unidade, 5 questões de múltipla escolha (com gabarito anotado) para aplicação prática do conteúdo apresentado e será elaborado pela conteudista Mariane Vasconcelos de Oliveira Duplat.

5.3 FÓRUM DE DÚVIDAS

A título de método ativo, os cursistas serão integrados aos fóruns de dúvidas, visando o aprofundamento do tema. A participação nos fóruns pelos cursistas se dará após a visualização das aulas e acesso ao material complementar em cada módulo. A ferramenta visa possibilitar aos discentes um maior aproveitamento na capacitação, diante do grande quantitativo de conteúdos assíncronos a serem estudados. Desta forma, ao final de cada módulo, será permitido ao aluno tirar eventuais dúvidas que surjam com tutor, que possui amplo conhecimento e qualificação técnica sobre as temáticas abordadas.

Os fóruns serão ministrados pelo Professor José Aras, Desembargador do Tribunal de Justiça, Professor de Direito Administrativo, e autor de diversos livros.

6. CONTEUDISTAS

André Malheiros: Advogado, Parecerista e Professor em Cursos preparatórios para Concursos Públicos e Exame de Ordem. Especialista em Direito Administrativo e Ética Profissional do Servidor Público. Coordenador da pós-graduação em Direito Administrativo e Eleitoral da UNIFAN. Membro de ABA Direito Administrativo - Associação Brasileira de advogados Administrativistas. Membro da comissão de Licitações e contratos da OAB. Professor do Supremo concursos, CP Iuris, curso fórum, CEJAS, escola mineira de Direito, tec concursos, da Unicorp - Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e da TV JUSTIÇA - STF.

Juliana de Amorim Costa: Especialista a em Licitações e Contratos Administrativos pela Faculdade Baiana de Direito e Gestão. Graduada em Direito pela Faculdade Ruy





Barbosa/Devry. Advogada. Presidente da Comissão Permanente de Sanções Administrativas do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia TJ/BA

Mariane Vasconcelos de Oliveira Duplat: Consultora Jurídica da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Pós graduanda em Direito Administrativo. Especialista em Direito Previdenciário, em Lei Geral de Proteção de Dados, Direito Empresarial e Tributário, Direito Constitucional, Direito e Processo do Trabalho.

Tatiany de Brito Ramalho: Chefe da Consultoria Jurídica da Presidência do Poder Judiciário do Estado da Bahia. Especialista em Processo Civil, Docência em Ensino Superior e Direito Público. Especialista em Direito Administrativo e Direito Anticorrupção. Pós-graduanda em Licitações e Contratos Administrativos. Aluna Especial da disciplina “Tópicos especiais em Direito, Cultura e Relações Sociais” do Mestrado em Direito da UFBA. Professora de Graduação e Pós-Graduação em Direito; Instrutora de Cursos de Treinamento e Capacitação para agentes públicos; Professora em Cursos Preparatórios para concursos públicos na Bahia e em Alagoas. Coautora dos livros "Lei Anticorrupção", "Lei 8.112 em questões comentadas" ambos pela Editora Saraiva, além de participação em diversas obras coletivas e publicações em revistas jurídicas. Representante da Coordenação Nacional do Exame de Ordem Unificado, na disciplina Direito Administrativo, atuando perante a Fundação Getúlio Vargas nas Bancas Examinadoras do Exame de Ordem Unificado durante os anos de 2015 a 2021. Atuação na área de Direito Público desde 2002.

7. TUTOR

José Aras: Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Vice-diretor da Universidade Corporativa do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (UNICORP-TJBA). Pós-graduado em Direito Público. Graduação em Direito pela Universidade Federal da Bahia. Membro do Instituto de Direito Administrativo da Bahia - IDAB. Autor de diversas obras jurídicas. Professor de Direito Administrativo. Palestrante.

8. AVALIAÇÃO

O processo de avaliação será formativo e contínuo por parte do Discente durante todo o curso, que deverá observar o nível de participação e desempenho do aluno com base em sua produção na realização das atividades propostas, na promoção das situações





REPAGINADO

estratégicas e operacionais afetas aos debates e ao processo de cumprimento das metas de aprendizagem previamente acordadas e programadas. Também será avaliado através de questões objetivas formuladas ao final de cada módulo.

9. PRAZO DE EXECUÇÃO

Produção de conteúdo: O conteúdo a ser produzido deve ser entregue até 30 dias após o despacho de autorização do Presidente do TJBA.

Tutoria: Período de até 6 meses, a partir da data de disponibilização do curso.

10. CESSÃO DE DIREITOS

Haverá a cessão de direitos autorais e de imagem e voz ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, CNPJ n. 13.100.722/0001-60, em face das aulas e materiais serem produzidos para a capacitação em tela.

O material produzido ficará à disposição da UNICORP.

11. INVESTIMENTO

	Nome	Tipo de prestação	Titulação	VI.Hora/aula ¹ (R\$)	Q.horas	Total Valor (R\$)
Externo	André Malheiros	Conteudista instrucional	Especialização	R\$349,91	12	R\$ 4.198,92
Interno	Juliana de Amorim Costa	Conteudista instrucional	Especialização	R\$349,91	8	R\$ 2.799,28
Interno	Mariane Vasconcelos de Oliveira Duplat	Conteudista instrucional	Especialização	R\$349,91	8	R\$ 2.799,28
Interno	Tatiany de Brito Ramalho	Conteudista instrucional	Especialização	R\$349,91	18	R\$ 6.298,38
Interno	José Aras	Tutoria em ação a distância	Especialização	R\$ 216,12	30	R\$ 6.483,60
Total						R\$ 22.579,46

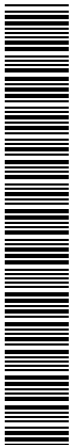
¹ Baseada no grau de formação (graduação, especialização, mestrado, doutorado), dos conteudistas, instrutores(formadores) e tutores, na forma do anexo único da Lei nº 14.040 de 20 de Dezembro de 2018 que instituiu a gratificação poratividade de instrutoria no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia. Parâmetro de Especialista.



TJCO1202305506



REPAGINADO



TJCO1202305506



	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	CARGA HORÁRIA
UNIDADE 1	O cenário de construção da improbidade administrativa Conteudista: Profa. Tatiany Ramalho	4 horas
BLOCO 1	✓ Introdução ✓ O sistema anticorrupção na tutela da probidade administrativa: função e evolução	30 min
BLOCO 2	✓ As convenções internacionais contra a corrupção (OCDE, OEA e ONU)	30 min
BLOCO 3	✓ Direito Administrativo sancionador I: conceito e princípios.	30 min
BLOCO 4	✓ Direito Administrativo sancionador II: aproximações e distinções em relação ao direito penal;	30 min
BLOCO 5	✓ Princípios constitucionais da tutela da probidade administrativa – parte I	30 min
BLOCO 6	✓ Princípios constitucionais da tutela da probidade administrativa – parte II	30 min
BLOCO 7	✓ Definição de improbidade administrativa e sua autonomia constitucional	30 min
BLOCO 8	✓ Cenário legislativo acerca da improbidade administrativa no Brasil	30 min
UNIDADE 2	Aspectos gerais da lei de Improbidade Conteudista: Profa. Tatiany Ramalho	4 horas
BLOCO 1	✓ Fonte constitucional e competência legislativa	30 min
BLOCO 2	✓ Panorama da nova LIA – Lei 14.230/2021: avanços e retrocessos – parte I	30 min
BLOCO 3	✓ Panorama da nova LIA – Lei 14.230/2021: avanços e retrocessos – parte II	30 min
BLOCO 4	✓ Bens jurídicos tutelados	30 min
BLOCO 5	✓ Natureza jurídica do ilícito de improbidade administrativa	30 min
BLOCO 6	✓ A relativização do princípio da independência das instâncias na nova LIA – Parte I	30 min
BLOCO 7	✓ A relativização do princípio da independência das instâncias na nova LIA – Parte II	30 min
BLOCO 8	✓ Aspectos jurisprudenciais relevantes	30 min
UNIDADE 3	– Elementos Constitutivos do ato de improbidade administrativa Conteudista: Prof. Tatiany Ramalho	6 horas
BLOCO 1	✓ Sujeitos: definição de agente público (agentes políticos e outros) e demais responsáveis jurídicos (convênio, consórcio, terceiro setor e parceiros privados) _ Parte I	30 min
BLOCO 2	✓ Sujeitos: definição de agente público (agentes políticos e outros) e demais responsáveis jurídicos (convênio, consórcio, terceiro setor e parceiros privados) _ Parte II	30 min
BLOCO 3	✓ A figura do interessado e a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica (art. 3º da LIA)	30 min
BLOCO 4	✓ Sucessores das sanções por ato de improbidade	30 min
BLOCO 5	✓ Concurso de agentes	30 min



BLOCO 6	✓ Elemento subjetivo – Parte I	30 min
BLOCO 7	✓ Elemento subjetivo – Parte II	30 min
BLOCO 8	✓ Requisitos para a tipificação de ato de improbidade – parte I	30 min
BLOCO 9	✓ Requisitos para a tipificação de ato de improbidade – parte II	30 min
BLOCO 10	✓ Requisitos para a aplicação da respectiva pena _ parte I	30 min
BLOCO 11	✓ Requisitos para a aplicação da respectiva pena _ parte II	30 min
BLOCO 12	✓ Aspectos jurisprudenciais relevantes	30 min
MÓDULO 4	Atos de improbidade administrativa Conteudista: Prof. André Malheiros	06 horas
BLOCO 1	✓ Tipos punitivos: As principais modificações nos tipos dos arts. 9º, 10 e 11 da LIA – Parte I	30 min
BLOCO 2	✓ Tipos punitivos: As principais modificações nos tipos dos arts. 9º, 10 e 11 da LIA – Parte II	30 min
BLOCO 3	✓ Tipos punitivos: As principais modificações nos tipos dos arts. 9º, 10 e 11 da LIA – Parte III	30 min
BLOCO 4	✓ Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito – Parte I	30 min
BLOCO 5	✓ Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito – Parte II	30 min
BLOCO 6	✓ Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário _ Parte I	30 min
BLOCO 7	✓ Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário _ Parte II	30 min
BLOCO 8	✓ Dos Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública - Parte I	30 min
BLOCO 9	✓ Dos Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública - Parte II	30 min
BLOCO 10	✓ Das Excludentes legais _ Parte I	30 min
BLOCO 11	✓ Das Excludentes legais _ Parte II	30 min
BLOCO 12	✓ Aspectos jurisprudenciais relevantes	30 min
MÓDULO 5	Das sanções por ato de improbidade administrativa Conteudista: Profa. Juliana de Amorim Costa	03 horas
BLOCO 1	✓ As sanções na nova LIA – aspectos gerais	30 min
BLOCO 2	✓ Espécies de sanção _ parte I	30 min
BLOCO 3	✓ Espécies de sanção _ parte II	30 min
BLOCO 4	✓ Espécies de sanção _ parte III	30 min
BLOCO 5	✓ Dosimetria e princípio da proporcionalidade – parte I	30 min
BLOCO 6	✓ Dosimetria e princípio da proporcionalidade – Parte II	30 min
MÓDULO 6	Do procedimento administrativo Conteudista: Profa. Juliana de Amorim Costa	3 horas
BLOCO 1	✓ Aspectos investigativos de atos de improbidade administrativa	30 min
BLOCO 2	✓ Representação administrativa	30 min
BLOCO 3	✓ Apuração interna – parte I	30 min
BLOCO 4	✓ Apuração interna – parte I	30 min
BLOCO 5	✓ Prazo de encerramento do inquérito civil	30 min
BLOCO 6	✓ Aspectos relevantes do procedimento administrativo	30 min
MÓDULO 7	Do procedimento judicial Conteudista: Prof. André Malheiros	6 horas



BLOCO 1	✓ Requisitos da petição inicial - Parte I	30 min
BLOCO 2	✓ Requisitos da petição inicial - Parte II	30 min
BLOCO 3	✓ Competência (prerrogativa de foro), prevenção, conexão e tutelas de urgência. Medidas cautelares reais e pessoais. Da Indisponibilidade de bens – parte I	30 min
BLOCO 4	✓ Competência (prerrogativa de foro), prevenção, conexão e tutelas de urgência. Medidas cautelares reais e pessoais. Da Indisponibilidade de bens – parte II	30 min
BLOCO 5	✓ Competência (prerrogativa de foro), prevenção, conexão e tutelas de urgência. Medidas cautelares reais e pessoais. Da Indisponibilidade de bens – parte III	30 min
BLOCO 6	✓ Defesa prévia, juízo de admissibilidade e instrução probatória (custeio da perícia judicial) – Parte I	30 min
BLOCO 7	✓ Defesa prévia, juízo de admissibilidade e instrução probatória (custeio da perícia judicial) – Parte II	30 min
BLOCO 8	✓ Afastamento judicial do cargo	30 min
BLOCO 9	✓ Possibilidade de unificação de penas	30 min
BLOCO 10	✓ Desmembramento do processo, a sentença e sua efetividade (indenização e reversão de bens) – Parte I	30 min
BLOCO 11	✓ Desmembramento do processo, a sentença e sua efetividade (indenização e reversão de bens) – Parte I	30 min
BLOCO 12	✓ Principais aspectos do novo rito processual	30 min
MÓDULO 8	Da prescrição Conteudista: Profa. Juliana de Amorim Costa	02 horas
BLOCO 1	✓ Dos prazos prescricionais	30 min
BLOCO 2	✓ Das causas suspensivas e interruptivas – parte I	30 min
BLOCO 3	✓ Das causas suspensivas e interruptivas – parte II	30 min
BLOCO 4	✓ A prescrição na nova LIA: principais alterações e debate sobre a retroatividade	30 min
MÓDULO 9	Aspectos práticos relevantes Conteudista: Profa. Tatiany Ramalho	4 horas
BLOCO 1	✓ Do Acordo de não persecução civil – parte I	30 minutos
BLOCO 2	✓ Do Acordo de não persecução civil – parte II	30 minutos
BLOCO 3	✓ Reflexos práticos nas investigações e ações em curso, bem como nas condenações já proferidas – Parte I	30 minutos
BLOCO 4	✓ Reflexos práticos nas investigações e ações em curso, bem como nas condenações já proferidas – Parte II	30 minutos
BLOCO 5	✓ Reflexos da nova LIA no plano político-eleitoral	30 minutos
BLOCO 6	✓ Lei de improbidade administrativa e a Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013) _ Parte I	30 minutos
BLOCO 7	✓ Lei de improbidade administrativa e a Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013) _ Parte II	30 minutos
BLOCO 8	✓ Lei de improbidade administrativa e a Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013) _ Parte III	30 minutos

